



GENTE DIFERENCIADA E PRECONCEITO NA METRÓPOLE: ACESSO NEGADO E EVITAÇÃO SOCIAL¹

Ricardo Barbosa da Silva ²

RESUMO

O objetivo principal deste ensaio é provocar um debate acerca da influência do racismo no projeto urbano da metrópole paulistana, com foco na acessibilidade negada como estratégia de segregação. A abordagem metodológica é qualitativa e documental. O estudo utilizou fontes de jornais e artigos da mídia da década de 2010 em diante, disponíveis na hemeroteca digital brasileira, complementados por uma análise bibliográfica inicial para entender o modelo urbano paulistano, marcado pela segregação e racismo. A análise da conotação gente diferenciada revela a profunda influência do racismo no projeto urbano da metrópole. A segregação espacial e a negação da acessibilidade são estratégias históricas da elite para a manutenção de privilégios. A acessibilidade é dificultada, separando a gente diferenciada pelo tempo de deslocamento, estigmas e preconceitos.

Palavras-chave: Acessibilidade, Segregação, Evitação social, Preconceito, São Paulo.

ABSTRACT

The main objective of this essay is to provoke a debate about the influence of racism on the urban project of the São Paulo metropolis, focusing on denied accessibility as a strategy of segregation. The methodological approach is qualitative and documentary. The study used newspaper sources and media articles from the 2010s onward, available in the Brazilian digital newspaper archive, complemented by an initial bibliographic analysis aimed at understanding São Paulo's urban model, marked by segregation and racism. The analysis of the expression *gente diferenciada* (different kind of people) reveals the deep influence of racism on the city's urban project. Spatial segregation and the denial of accessibility are historical strategies of the elite to maintain their privileges. Accessibility is hindered, separating the *gente diferenciada* through travel time, stigma, and prejudice.

Keywords: Accessibility, Segregation, Social avoidance, Prejudice, São Paulo.

¹ Este ensaio é vincula-se ao projeto de pesquisa da Chamada Universal do CNPq/ MCTI, edital nº 10/2023.

² Professor de Geografia do Instituto das Cidades, Campus Zona Leste, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), rbasilva@unifesp.br



INTRODUÇÃO

Um grupo de moradores de Higienópolis, bairro de alta renda da cidade de São Paulo, iniciou movimento para impedir a construção de uma estação de metrô da futura Linha 6 – Laranja. Na ocasião, em 2011, uma mulher que se dizia à época trabalhar e morar há 25 anos no bairro, declarou: "Eu não uso metrô e não usaria. Isso vai acabar com a tradição do bairro. Você já viu o tipo de gente que fica ao redor das estações do metrô? Drogados, mendigos, uma gente diferenciada" (CIMINO, 2013).

Essa fala gerou uma mobilização social com a intenção de rechaçar essa visão elitista e preconceituosa. Tanto que dias depois foi marcado um “churrascão da gente diferenciada” (CHURRASCÃO..., 2015) para protestar a este respeito. No entanto, o grupo de moradores de Higienópolis conseguiu impedir a construção desta estação de metrô, que conectaria, entre outras áreas, a estação da Brasilândia, localizada em um bairro periférico e negro da Zona Noroeste da cidade.

Muito se falou à época sobre esse tema da gente diferenciada. Porém, poucos ou quase ninguém, se debruçaram sobre esta conotação de gente diferenciada. Isso não tanto pelo termo em si, nem mesmo sobre uma proposta de caracterização étnico-racial. Tampouco sobre a construção da referida estação do metrô. Mas, antes de tudo, pensar o termo, banalizado socialmente, para refletir em termos estruturais sobre os mecanismos de controle territorial, como instrumentos para impedir o acesso de gente diferenciada das periferias aos espaços de convivência das elites econômicas em São Paulo.

É importante mencionar que esta fala elitista não se tratou de um evento isolado, pois constantemente reaparece em diversas ocasiões nos meios de comunicação. Basta lembrar que, em 2014, uma professora de uma universidade carioca ficou incomodada com um homem que usava bermuda e camiseta regata no aeroporto, reclamando que este parecia ter virado uma rodoviária (PROFESSORA..., 2014). Posteriormente, esse tema reapareceu na mídia com duas mulheres – uma delas esposa de um famoso comediante e, a outra, uma apresentadora de TV –, que fizeram declarações com o mesmo teor preconceituoso em suas redes sociais (MARQUES, 2019). Mais recentemente, um ministro da economia do Brasil, em razão da valorização do dólar frente ao real, fez a seguinte declaração: “Todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para Disneylândia, uma festa danada. Pera aí. Vai passear ali em Foz do Iguaçu, vai passear ali no Nordeste, está cheio de praia bonita” (VENTURA, 2020). Até em lugares elitistas, porém ilustrados como a Universidade de São



Paulo isso se repetiu. Isso porque, havia o projeto da estação de metrô Butantã na Cidade Universitária, proposta recusada pela reitora à época, sob a alegação de falta de segurança (ROLNIK, 2011).

Diante desse contexto, emerge a questão central: a elite econômica não deseja a presença de gente diferenciada em seus espaços de convivência? A justificativa para esta análise reside na necessidade de problematizar a conotação de gente diferenciada, compreendendo os fundamentos de seus conteúdos em termos da violência da segregação espaço-temporal e do racismo, elementos que atuam como barreiras às oportunidades para as populações das periferias de São Paulo.

Assim, o objetivo principal deste ensaio é provocar um debate acerca da influência do racismo no projeto urbano da metrópole paulistana, com foco na acessibilidade negada como estratégia de segregação. Para tanto, a abordagem metodológica deste ensaio é qualitativa e documental, baseada em fontes de jornais e artigos da mídia da década de 2010 em diante, disponíveis na hemeroteca digital brasileira. Além disso, foi realizada uma análise bibliográfica inicial para auxiliar o entendimento sobre o modelo urbano paulistano, marcado pela segregação e pelo racismo, resultado direto de quatro séculos de um histórico de colonização por escravidão indígena e negra. Desse modo, este ensaio tenta empreender um sucinto olhar histórico sobre a estrutura dessa evitação social e racial do outro, como a base para a conformação da sanha segregacionista em São Paulo.

A FUNDAÇÃO RACISTA DA METRÓPOLE PAULISTANA

Na cidade de São Paulo, desde a sua fundação portuguesa no Pátio do Colégio até o século XIX, pouco se alterou em termos de dimensão espacial e função na divisão internacional do trabalho. Seu sítio urbano e situação espacial, foram fundamentais para tornar-se centro irradiador (PRADO JUNIOR, 1998) de apressamento e assassinatos de indígenas e, posteriormente, os negros, por parte dos bandeirantes, como motor da lucratividade colonial. Isso se complexifica com o ciclo do café, a modernização das ferrovias e as pressões internacionais para se intensificar o modo de produção capitalista no campo brasileiro.

Já que o capitalismo brasileiro surgiu capenga no campo, em meados do século XIX, com o estabelecimento da Lei de Terras e Lei Eusébio de Queiróz, inaugurando a propriedade privada na relação de compra e venda, em concomitância a proibição do tráfico negreiro



transatlântico (MARTINS, 1996). No entanto, contraditoriamente, esse processo manteve o contrabando interno de trabalho escravo de pessoas indígenas e negras, como uma estratégia da elite se organizar frente às novas bases do trabalho assalariado, mantendo-se detentora da terra.

Neste contexto, Clovis Moura mostrou como a terra tornou-se mais lucrativa do que o comércio de pessoas escravizadas, iniciando-se um intenso processo de apagamento dos negros e, conseqüentemente, ampliação das revoltas principalmente através de quilombos e fugas (MOURA, 1981). Esse processo se deu casado com a imigração europeia. Só em 1888, ocorreu a abolição da escravatura, que no caso brasileira foi mais longeva das Américas.

Contudo, a abolição da escravatura só fez ampliar a migração dos trabalhadores negros libertos e pobres do campo para a cidade. Estes continuaram sem-terra, ocupando suas periferias, muitas vezes, resquícios de quilombos urbanos durante a escravidão.

Para a elite paulistana era preciso esquecer o passado colonial e tirar do mapa a lembrança de uma cidade modesta. A modernização de São Paulo significou colocar em marcha de maneira acelerada projetos higienistas que contribuíssem, antes de tudo, com um espaço urbano limpo de negros e indígenas, sob o véu de uma proposta de embelezamento da cidade.

ELIMINAÇÃO DE CORPOS E MEMÓRIAS INDESEJÁVEIS EM SÃO PAULO

O urbanismo teve um papel importante, já que eliminar do espaço é a chave da eliminação de corpos e memórias indesejáveis. Já no final do século XIX, espaços passam a ser remodelados, definindo condutas e práticas sociais aceitáveis. Espaços inteiros passam a ser alvos de um discurso higienista, como a Várzea do Carmo, considerada feia, suja e perigosa (SANTOS, 2017). No entanto, escondia a intenção de disciplinamento e expulsão da população negra. Somavam-se a isso, a intenção de relacionar a pobreza à vagabundagem, taxando a Várzea do Carmo como lugar de classes perigosas.

Mas a ideia de vagabundagem não estava ligada a não trabalhar, mas aos tipos de trabalhos considerados indesejados, pois nos registros fotográficos do período saltam aos olhos as lavadeiras trabalhando. No fundo, a ideia era impor uma forma de conduzir as condutas alheias, inclusive amparadas pela força da lei, através do Código de Posturas de 1886 (IBID.).

É assim que Fernandes (2008) vai criticar a construção de um mito da democracia racial, já que houve uma preferência de braços brancos para as atividades mais qualificadas, como na



indústria, enquanto os negros e pobres foram atribuídos as piores atividades, como carroceiros, lavadeiras, cuidadoras etc. Ou seja, os negros e indígenas foram impedidos pelo chamado progresso de integrar a sociedade de classes no Brasil.

Esse foi um processo tão violento que de fato a população negra 44% em 1872, diminuiu para 29%, em 1890. Enquanto a população branca, no mesmo período, passou de 52% para 63% (ID., 1972). Inclusive, neste último período, já havia uma predominância de brancos estrangeiros frente aos nacionais, sendo o maior grupo era os italianos com 63%. Não por acaso, que, em 1900, a população italiana chegou a representar 50% da população da cidade de São Paulo (IBID., 2008).

É neste sentido, que a formação paulistana pautada na modernização capitalista teve seu motor fundado no projeto eugenista e na ideologia da democracia racial.

PRODUÇÃO DAS DISTANTES PERIFERIAS: MIGRAÇÃO E SEGREGAÇÃO ESPACIAL

Com a crise de acumulação capitalista mundial, houve uma inversão no Brasil da produção do café para a industrialização de substituição de importações na década de 1930 (ARAÚJO FILHO 1958). A elite contou com o Estado para esta transição, socializando as perdas e privatizando os lucros. Mas como, nesta nova etapa do capitalismo industrial, houve a necessidade de uma outra escala de exploração da classe trabalhadora, que a europeia já não daria mais conta. Para tanto, o Estado brasileiro promoveu a primazia urbana nas cidades da região Sudeste, que foi suprida de força de trabalho pelo êxodo rural (FURTADO 1979). Ou seja, impulsionado pela industrialização e migração nacional, contraditoriamente, valendo-se de negros, indígenas e pobres, mas agora vindos de Norte de Minas Gerais e região Nordeste do país, que abasteceu por décadas os lugares de pobreza nas nascentes metrópoles brasileiras.

Essa migração nordestina, uma verdadeira diáspora, onde muitos nordestinos sonhando em vencer na cidade grande foram tentar trabalho na indústria, que na realidade nunca conseguiu acomodar a sua totalidade, alocando-se, em grande medida, nas atividades econômicas informais. Inicialmente foram morar nos territórios populares em cortiços no centro da cidade de São Paulo, praticamente o mesmo da população indígena e negra e pobre do pretérito da cidade – como os bairros da Liberdade, Bixiga, Baixada do Glicério, entre outros. No entanto, aos poucos foram expulsos das áreas centrais e vão para as periferias pobres, nas



autoconstruções e conjuntos habitacionais, construídos pelo Estado, distantes das áreas centrais das elites brancas paulistas, privados de infraestruturas e serviços públicos e explorados na sua força de trabalho, que é a espoliação urbana contada por Kowarick (1979).

Esse processo movido pelo preconceito e lucro, fundamenta a segregação espacial como elemento marcante do racismo na cidade de São Paulo. Isso passou a ocorrer com mais intensidade na década de 1970, quando a maior parte da população passou a viver nas cidades e explodiu o crescimento periférico e pobreza urbana. Santos (1990) percebe muito bem isso em sua pesquisa sobre a periferização metropolitana de São Paulo, típica de um país subdesenvolvido, baseada na modernidade incompleta, conservadora e seletiva e, portanto, extremamente desigual. O crescimento periférico, que pode parecer desordem, mas é a ordem do capital, é uma forma de lucrar mais com a pobreza alheia. Por isso a cidade não apenas atrai a pobreza ela mesma cria pobreza. No fundo, as corporações lucram duplamente com a periferização e pobreza urbana, produto da especulação imobiliária fundamentada nos vazios urbanos e modelo rodoviarista, como também, nas suas próprias carências e dificuldade de acesso, que acabam por aumentar o preço da terra nas áreas centrais.

Essa urbanização corporativa, fragmenta os espaços e produz uma imobilidade nas pessoas mais pobres das periferias, que longe das oportunidades, tornam-se guetos no lugar, devido a pobreza e racismo. Quando circulam é para reprodução do capital, gastando muito tempo nos precários transportes coletivos, geralmente, lotados, caros e ineficientes, onde se constroem e se tornam corpos vulneráveis, são gente lenta nas mobilidades desiguais da metrópole.

ACESSIBILIDADE NEGADA E CIDADANIA MUTILADA

Na década de 1990, as periferias ganharam corpo, sendo a violência e pobreza urbana, um de seus principais motes. No genocídio do negro, do indígena e do pobre nordestino nunca cessou nas periferias, mas neste contexto passou a chamar a atenção da comunidade mundial, pois bairros da periferia da Zona Sul tornaram-se os mais violentos do mundo (DASSOLER, 2012; SILVA, 2012).

É num contexto extremamente complexo, de abertura democrática, com o fim da ditadura militar (1964-85), abortado pela emergência do neoliberalismo, no contexto da globalização, na sua face mais perversa, que as desigualdades socioespaciais se proliferaram (TELLES, 1999).



Mas apesar de todo esse ambiente de privação que se mescla com toda sorte de diversidade de migrantes nordestinos, população negra, indígena, sempre fizeram brotar as mais ricas expressões culturais e artísticas na quebrada.

No entanto, a desigualdade e o racismo assumem uma dimensão territorial, pois o lugar onde se mora vai dizer se você tem mais isso ou aquilo. Se você tem mais ou menos cidadania. Se você vai ter mais ou menos oportunidades. Se você vai ou não ser alvo da polícia. Se é um corpo matável ou não. Você pode ou não acessar certos lugares e bairros.

E é assim que essa lógica perversa revela a cidadania mutilada que nos conta Santos (1996/1997), que é explicada pelo fato da classe média não querer direitos, e sim privilégios. Pois há aqueles que não querem ser cidadãos, encastelados no vazio do mundo da mercadoria, enquanto há aqueles que não podem ser cidadãos, estes todos, geralmente, são os negros, indígenas, nordestinos pobres e periféricos, o que a elite chama de gente diferenciada.

É neste sentido, que não bastou segregar, precisou inviabilizar a acessibilidade. A acessibilidade negada é parte da estratégia de segregar a gente diferenciada, separada pelo tempo de deslocamento, controlado pelo espaço, estigmatizado pela sociedade e reprimido pela polícia. A acessibilidade é subjetiva também porque por tudo isso acaba desestimulando as pessoas a atravessar a cidade para tentar se apropriar de suas oportunidades. Os estigmas e preconceitos são também uma forma de dificultar a acessibilidade.

Ou seja, a gente diferenciada tem a acessibilidade dificultada, porque os pobres não são bem-vindos para circular na cidade. A estação Higienópolis do metrô representava a acessibilidade da periferia para a centralidade econômica. Mas as elites não se incomodavam com a chegada em si da gente diferenciada, já que precisam garantir minimamente a exploração de sua força de trabalho. Todavia, é fora de cogitação facilitar qualquer acesso aos outros motivos culturais, de lazer, entre outros. Outro bom exemplo, foi o fenômeno dos rolezinhos, em que os jovens das periferias foram passear em grupo no shopping center (TUFANO, 2014), mas não foram bem-vindos sem o uniforme de trabalho.

É neste sentido que o tempo de deslocamento desde as periferias da metrópole de São Paulo é uma barreira que ajuda a revelar as estratégias de produção e reprodução das desigualdades na acessibilidade, estigmas e evitação social, aos quais são submetidas cotidianamente as populações mais pobres e negras das periferias urbanas.

Assim, a compreensão do preconceito sobre a gente diferenciada, busca provocar um debate acerca da influência do racismo no projeto urbano da metrópole paulistana. Não se tratou



neste ensaio, ainda, uma definição racial pormenorizada, tal como problematizar o colorismo, nem tampouco propor uma visão social de como se opera essa forma de preconceito em suas minúcias. Esses temas poderão ser novos estudos por vir. Buscou-se tão somente colocar acento em uma conotação tão debatida, sem, no entanto, compreender os fundamentos de seus conteúdos em termos da violência da segregação espaço-temporal e racismo, como barreira às oportunidades da gente diferenciada desde as periferias de São Paulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta análise verificou partindo do caso do movimento em Higienópolis, onde moradores, temendo a presença de gente diferenciada, conseguiram impedir a construção de uma estação de metrô que ligaria a área central a um bairro periférico e negro como a Brasilândia. Este evento particular ilustra como a acessibilidade foi negada, servindo como uma estratégia para inviabilizar a circulação da “gente diferenciada”. Esta negação não se restringe ao transporte, mas abrange os estigmas e preconceitos que dificultam a apropriação das oportunidades na cidade. A acessibilidade dificultada manifesta-se no tempo de deslocamento gasto nos transportes precários, que se torna uma barreira e uma forma de reprodução das desigualdades.

De forma mais geral, a análise da conotação gente diferenciada revela a profunda influência do racismo no projeto urbano da metrópole paulistana. A segregação espacial e a negação da acessibilidade são demonstradas como estratégias históricas da elite para a manutenção de seus privilégios, com consequências diretas sobre a vida das populações pobres e negras das periferias. Este processo é a base para a conformação da sanha segregacionista em São Paulo, que visa a evitação social e racial do outro.

O ensaio não buscou apresentar uma definição racial pormenorizada. Também não teve como objetivo problematizar o colorismo ou propor uma visão social detalhada sobre como essa forma de preconceito opera em suas minúcias. Estes temas, que implicam um aprofundamento na questão racial, são sugeridos como novos estudos por vir.

Em última análise, a compreensão do preconceito em torno da “gente diferenciada” serve para provocar um debate sobre a influência estrutural do racismo na metrópole. A negação da acessibilidade e o controle do espaço-tempo imposto à população pobre e negra das periferias constituem a violência da segregação espaço-temporal e do racismo, atuando como barreiras



sistêmicas às oportunidades. Para a elite, essa lógica perversa revela a busca por privilégios, resultando na cidadania mutilada para aqueles rotulados como gente diferenciada.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO FILHO, J. R. de. A população paulistana. In: AZEVEDO, A. (Org.). **A cidade de São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, p. 167-247.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Hemeroteca Digital Brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [s.d.]. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>
- CIMINO, J. Moradores de Higienópolis se mobilizam contra estação de metrô. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 ago 2011. Cotidiano.
- 'CHURRASCÃO da Gente Diferenciada' reúne ao menos 900 por metrô em Higienópolis, SP. **Extra Online**, 15 mai 2015.
- DASSOLER, E. R. (2012). Do triângulo da morte ao círculo das artes: um olhar sobre a movimentação cultural da periferia sul de São Paulo. In: Colóquio Internacional Culturas Jovens Afro-Brasil América: Encontros e Desencontros. **Anais**. São Paulo, 2012, p.1-17.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo, Globo, 2008 [1964].
- _____. **O Negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Editora Nacional, 1979.
- Professora que ironizou passageiro é afastada de cargo na PUC-Rio. **O Globo**, 17 abr. 2014.
- KOWARICK, L. **Espoliação urbana**. São Paulo, Paz e Terra, 1979.
- MARQUES, G. Lilian Aragão compara aeroporto a rodoviária e cita passageiro de chinelo. **UOL**, 27 mai. 2019.
- MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo, Hucitec, 1996.
- MOURA, C. **Rebeliões da Senzala - a questão social no Brasil**. São Paulo: Lech, 1981.
- PRADO JR, C. **A cidade de São Paulo: Geografia e história**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.
- ROLNIK, R. Estação Butantã: por que o metrô não chega dentro do campus da USP? **Blog da Raquel Rolnik**, 28 mar. 2011.
- SANTOS, C. J. F. **Nem tudo era italiano: São Paulo e Pobreza (1890-1915)**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2017.



SANTOS, M. **Metrópole Corporativa Fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Nobel, 1990.

_____. As cidadanias mutiladas. In: LENER, J. **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997, p.133-144.

SILVA, J. C. G. Rap, a trilha sonora do gueto: um discurso musical no combate ao racismo, violência e violações aos direitos humanos na periferia. In: Colóquio Internacional Culturas Jovens Afro-Brasil América: Encontros e Desencontros. **Anais**. São Paulo, 2012, p.1-19.

TELLES, V. DA S. A “nova questão social” brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade. **Caderno CRH**, n. 30/31, p. 85-110, 1999.

TUFANO, T. SP: shopping de luxo fecha as portas com clientes dentro diante de 'rolezinho'. **Terra**, 18 jan 2014.

VENTURA, M. Guedes diz que dólar alto é bom: ‘empregada doméstica estava indo para Disney, uma festa danada’. **O Globo**, 12 abr. 2020.